

Micro E Pequenas Empresas no Brasil: Novos Requerimentos para uma Inserção Positiva na Economia do Conhecimento e do Aprendizado

Ednilson Silva Felipe:
 Mestre em Economia pela Universidade
 Federal do Espírito Santo¹

Resumo

O artigo estuda e aponta alguns condicionantes que formam o ambiente onde está inserida a micro e pequena empresa (MPE) brasileira, destacando, em primeiro lugar, as transformações impulsionadas pelo advento da globalização – materializadas na abertura comercial internacional, na primazia do mercado como regulador das condições de concorrência e de competitividade, e ainda, na abertura do mercado financeiro. Analisa também a instalação do novo paradigma tecno-econômico – materializado na profundidade das transformações tecnológicas proporcionadas pela revolução das tecnologias da informação (TIC's) – e do aumento do peso da informação e do conhecimento na produção e comercialização de novos bens e serviços. Analisa ainda, como deve ser moldado um ambiente institucional que garanta às MPEs não somente continuidade de existência mas também condições de se desenvolverem em porte e em tecnologia para que continuem a cumprir o seu papel (econômico e social) que, historicamente, tem assumido na economia brasileira.

Palavras-chave: Microempresa; globalização; paradigma tecno-econômico; inovação; instituições.

1. Introdução

A importância e o tratamento recebido pela micro e pequena empresa², tanto no que se refere a políticas de desenvolvimento ou mesmo de estudos teóricos e empíricos, não foi linear durante o século passado. Até as décadas finais do século XX poucos estudos revelavam a importância das micro e pequenas empresas (MPE) na formação da riqueza nacional, na geração de renda ou mesmo na acomodação da força-de-trabalho. As últimas décadas do século, entretanto, revelam a crescente importância dessas empresas. Para LEMOS (2003) e ROVERE (1999), por exemplo, essa rediscussão da MPE é decorrente de fatores como: (a) a crise do modelo fordista de produção, já que cada vez mais se evidenciava que a produção em massa, com tecnologias rígidas e produtos pouco diferenciados, estava chegando a seus limites; (b) a instalação e difusão do novo paradigma tecno-econômico (PTE)³ intimamente ligado à difusão das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC's) que colocaram em xeque as formas rígidas e verticalizadas de administração da produção, já que essa forma organizativa não conseguia responder às crises e às mudanças de demanda que estas transformações traziam consigo. E, por fim, (c) o afastamento e a perda de capacidade dos Estados nacionais de implementarem projetos de crescimento econômico, seja por causa da adoção da agenda (neo) liberal ou por causa da crise associada às dificuldades de financiamento da dívida e déficit públicos que geravam, no caso brasileiro, até a metade da década de 90, altos índices de inflação, instabilidade econômica e política.

¹ Professor de Economia da Faculdade Pio XII.

² O SEBRAE usa o termo microempresa (ME) para caracterizar a indústria até 19 empregados e o comércio/serviço até 09 empregados. Considera PE (Pequena Empresa) a indústria de 20 a 99 empregados e o comércio/serviço de 10 a 49 empregados. MDE (Média Empresa) a indústria de 100 a 499 empregados e o comércio/serviço de 50 a 99 empregados. E ainda GE (Grande Empresa) a indústria acima de 499 empregados e no comércio/serviço mais de 99 empregados. Para efeito desse trabalho usaremos essa mesma terminologia.

³ "O conceito de paradigma tecnoeconômico indica o resultado do processo de seleção de uma série de combinações viáveis de inovações (técnicas, organizacionais e institucionais), provocando transformações que permeiam toda a economia e exercendo importante influência no comportamento da mesma [...] Cada novo paradigma traz novas combinações de vantagens políticas, sociais, econômicas e técnicas, tornando-se o estilo dominante durante uma longa fase de crescimento e desenvolvimento econômico" (LASTRES E FERRAZ, 1999, 32).

As transformações radicais e em níveis internacionais (como globalização, advento do novo PTE e difusão das TIC's) trouxeram grandes desafios para as MPEs. Como nas grandes empresas, a adaptação das MPEs ao novo regime econômico caracterizado, sobretudo pelo aumento da concorrência, não foi automática e ainda não se constitui um processo terminado. Pelo contrário, a maioria das MPEs ainda não absorveu, não implantou e nem se conscientizou das novas possibilidades tecnológicas e organizacionais que o novo regime proporciona (e por vezes impõe), principalmente quando se trata de busca de novos conhecimentos e de inserção numa trajetória de aprendizado contínuo, fundamentais para se viabilizar a permanência nos mercados cada vez mais competitivos.

O artigo analisa a importância da MPE brasileira, já que é relevante sua participação no emprego, na geração de renda, na diversificação da produção e em termos de descentralização regional. Para isso, o artigo está dividido em quatro partes além dessa introdução. O item que se segue apresenta alguns números representativos sobre a MPE no Brasil, apontando, também as principais dificuldades que enfrentam no cenário nacional. O item "três" lança um novo olhar na condução da MPE, uma vez que mostra as alterações de cenário a partir das transformações recentes, conseqüência do processo de globalização e da instalação de um novo regime econômico, o que alguns autores tem chamado de um período de instalação do novo paradigma tecno-econômico. A necessidade de criação de um novo ambiente institucional que favoreça a atividade da MPE é discutida no item "quatro". No item "cinco" seguem algumas considerações a título de comentários finais.

2. As Micro e Pequenas Empresas no Período Recente

A década de 1970 mostra que a produção industrial baseada em energia, materiais baratos e produção em massa, com produtos pouco diferenciados e a predominância de grandes empresas com organização produtiva de cunho fordista/taylorista, estava chegando a seus limites. A partir daí, e com a abertura de novos mercados e nova configuração dos já existentes, propiciada, por exemplo, pela difusão das inovações provocadas pelas TIC's, o papel e a forma de inserção das pequenas empresas na estrutura produtiva foi alterado, abrindo para

essas novas oportunidades (SOUZA, 1995).

Na economia brasileira, o processo de crescimento, desde a expansão planejada de sua industrialização iniciada no início do século, esteve ligado, na maioria das vezes, a grandes projetos econômicos, geralmente financiados e administrados pelo Estado⁴. Pelas características próprias da política industrial implementada, esses projetos estiveram essencialmente voltados para grandes empresas. No entanto, a partir da segunda metade da década de 70 e início da década de 80, dadas as dificuldades externas (crescimento da dívida externa e dificuldade de seu financiamento) e internas (inflação e déficit público), os grandes projetos industriais se tornaram cada vez mais escassos. O Estado, tendo voltado atenção para a resolução de grandes problemas estruturais, perde a capacidade de implementação de projetos de industrialização e crescimento. A partir daí, as micro e pequenas empresas começaram a ser objetos de investigação teórica e empírica, dada a importância social e econômica que passaram a ter no crescimento, no emprego e renda no Brasil.

Não obstante, paralelamente ao aumento de sua importância relativa, as MPEs viram também aumentar suas dificuldades de lidar com uma economia marcada por instabilidade macroeconômica e inflação aguda (década de 80 e parte de 90) e abertura indiscriminada aos concorrentes externos, escassez de financiamento e política macroeconômica restritiva (década de 90).

2.1 – A MPE e sua importância na economia nacional: alguns números

Segundo dados extraídos do Boletim SEBRAE de micro e pequenas empresas (2005), existiam no Brasil, em 2002⁵, 4.605.607 microempresas, o que representava 93,6% do total de empresas. Quando se considera as micro e pequenas, esse total chega a 99,2% do total de empresas formais no Brasil. A distribuição dessas empresas por setor de atividades revela que a atividade "comércio" lidera entre as micro, enquanto a atividade "serviço" é quem exerce a liderança entre as pequenas.

	Indústria	Construção	Comércio	Serviços	Total
Micro	439.013	116.287	2.337.889	1.712.418	4.605.607
Pequena	37.227	8.282	105.891	122.609	274.009
Media	6.548	1.694	4.862	10.548	23.652
Grande	1.430	221	2.846	10.604	15.102
Total	484.218	126.484	2.451.488	1.856.180	4.918.370

Fonte: SEBRAE (2005)

⁴ Estudando-se a história econômica brasileira, pode-se entender que o processo inicial de substituição de importações, principalmente nas décadas de 1920 e 1930, se deu basicamente por pequenas empresas em setores de consumo. Porém, com a decisão do Estado de administrar o processo de industrialização, a participação dessas empresas deixa de aparecer nos estudos que tratam do crescimento da economia brasileira. Ver, por exemplo: ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária. In _____:

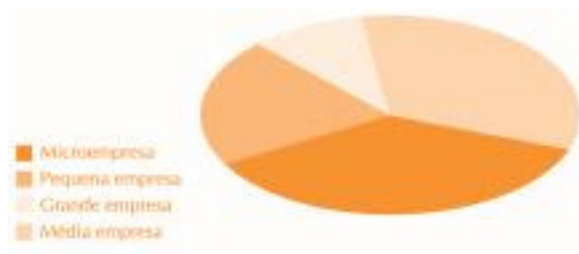
A ORDEM DO PROGRESSO: Cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Ed. Campus. Rio de Janeiro – RJ, 1990.

⁵ 2002 é o último ano com informações disponíveis para o universo das empresas formais.

Através desses números é possível perceber que o extrato de micro e pequena empresa tem uma importância fundamental no número de estabelecimentos formais no Brasil. Elas contribuem também para a descentralização da atividade econômica, proporcionando emprego e renda no interior. Conforme dados do SEBRAE, 55% das micro empresas estão localizadas fora das regiões metropolitanas. Entre as pequenas, este percentual chega a 47%⁶.

Pode-se observar ainda a importância das MPEs quando se levanta sua participação na mão-de-obra empregada no Brasil. As micro e pequenas empresas são responsáveis por 57,2% dos postos de trabalho formais no Brasil. As médias respondem por 9,8% e as grandes por 33%.

Gráfico 1 – Distribuição percentual das pessoas ocupadas - 2002



Fonte: SEBRAE (2005)

Pela sua participação, percebe-se que além de extraordinárias geradoras de riqueza e renda, as MPEs também desempenham um papel de amortecedoras do desemprego. Segundo um levantamento comparativo entre 1996 e 2002, enquanto a participação da grande empresa caiu de 37,9% para 33% do total do emprego no Brasil, a participação das MPEs subiu de 50,6% em 1996 para 57,2% em 2002 (SEBRAE, 2005). E ainda: considerando os anos de 2001 e 2002, apenas nas micro, pequenas e médias empresas houve contratação líquida de trabalhadores. Ainda outra importante contribuição da MPE para a geração de emprego e renda no país é o fato de ser através destes estabelecimentos que milhões de trabalhadores conseguem chegar pela primeira vez ao mercado de trabalho.

Esses estudos e números apresentados se referem exclusivamente às atividades e empregos formais. A participação das MPEs, tanto no emprego como na riqueza e renda, pode ser maior quando se considera a economia informal. Os dados recentes do SEBRAE (2005) apontam que em 2003 existiam 10.335.962 de estabelecimentos informais

onde predominavam os micro e pequenos negócios e que empregavam 13.860.868 pessoas.

2.2 – As dificuldades encontradas pelas MPE

Mesmo importantes, as MPE enfrentam profundas dificuldades. Isso fica evidente quando se observa a taxa de mortalidade desses empreendimentos. Segundo os dados do Observatório SEBRAE de MPE (2003), no período de 1990 a 1999 foram constituídas no Brasil 4,9 milhões de empresas, dentre as quais 2,7 milhões eram microempresas. Isso representa 55% do total de novas empresas no Brasil. No entanto, se é grande a participação no nascimento de novas empresas, é também considerável sua participação na taxa de mortalidade. Em uma pesquisa realizada em 13 Estados brasileiros, com o objetivo de estudar a taxa de mortalidade das MPEs, o SEBRAE concluiu que, conforme a Unidade da Federação, essa taxa variou de cerca de 30% até 61% no primeiro ano de existência da empresa, de 40% até 68% no segundo ano, e de 55% até 73% no terceiro ano. Segundo esses mesmos dados, das MPE registradas, apenas 5% estarão em operação depois de 5 anos de início de atividades. Todas as outras terão desaparecido⁷. Esse alto grau de rotatividade das MPEs cria, após si, uma alta rotatividade do processo de investimento (decisão / investimento / fechamento) sem que haja tempo hábil para amadurecimento, tanto do negócio quanto do empreendedor.

Já o estudo do IBGE (2001) aponta três fatores com alto grau de influência na mortalidade: o porte da empresa, a experiência anterior e o conhecimento do ramo de negócio. Em alguns ramos de atividade com predominância de microempresas, as barreiras à entrada são muito pequenas e prevalece um grau muito alto de concorrência. Identificando uma oportunidade de ter um negócio próprio, alguns empreendedores se lançam nessas atividades. Alguns deles *“se aproximam mais de trabalhadores por conta própria do que de capitalistas no sentido usual do termo”* (SOUZA, 1995, 40).

As dificuldades enfrentadas pelas MPEs podem ser divididas em externas e internas. Por dificuldades externas entendemos aquelas cujas respostas e soluções extrapolam a competência e decisão das MPEs (ambiente econômico e política macroeconômica, formas de política industrial, tecnológica e de financiamento, etc). Por dificuldades internas entendemos aquelas que são conseqüências da forma

⁶ Para este estudo o SEBRAE considerou como região metropolitana todas as capitais estaduais, incluindo as regiões a elas anexadas, conforme definição do IBGE.

⁷ Um estudo do BNDES, com o mesmo objetivo do estudo citado do SEBRAE conclui: *“Os resultados indicam que, nos primeiros anos de existência as dificuldades de uma firma são maiores. Passado esse período, as firmas adquirem maior experiência no seu ramo de atividade, pois tiveram seus produtos testados e aprovados pelo mercado. Na ausência de choques adversos, as incertezas sobre a viabilidade econômica dessas unidades se reduzem com o tempo”* (NAJBERG, 2001, 154).

de administração do empreendimento.

Em relação às dificuldades externas, é evidente que o comportamento da MPE pode ser explicado, em parte, pelo ambiente em que ela está inserida. CASSIOLATO & LASTRES (2000) concluem que as características específicas do regime macroeconômico se sobrepõem e acabam por moldar as decisões tomadas a nível microeconômico. Assim, quanto maior a complexidade desse ambiente macro, tanto mais ferramentas terão de ser usadas para que as decisões micro sejam acertadas. Fica claro, então, que a trajetória apresentada pela economia brasileira nas últimas duas décadas, dadas suas complexidades e crises recorrentes, colocam latentes as fragilidades das MPEs. Embora a retração macroeconômica e todas as suas conseqüências (queda do nível de produto, altas taxas de desemprego, manutenção de altas taxas de juros) atinjam tanto as micro e pequenas quanto as médias e grandes empresas, as MPEs não possuem os mesmos instrumentos que as grandes para se manterem produtivas nos momentos de adversidades. Isso acaba por gerar uma assimetria de condições de sobrevivência entre as empresas, levando à mortalidade algumas MPEs. Enfim, o comportamento das MPEs mostra que situações de crescimento muito lento *“podem conduzir a um processo de concentração absoluta. As MPE mais frágeis financeiramente não têm como resistir à concorrência e são eliminadas”* (SOUZA, 1995, 32).

Outra dificuldade encontrada pela MPE é o acesso ao mercado de crédito e financiamento. Embora haja, a partir de metade da década de 90, maior esforço para que a MPE tenha acesso a financiamentos que atendam suas necessidades específicas, a relação marcante entre instituição financeira e MPE continua sendo o distanciamento. Esse acesso limitado ao crédito é um fator que impõe limites ao fortalecimento dessas empresas. BRITTO *et al.* (2002) argumentam que esse distanciamento se dá devido às diferenças de interesses entre MPE e o setor financeiro. Segundo esses autores.

“enquanto os empresários proprietários de MPE têm interesse em obter financiamentos ao menor preço possível e em condições flexíveis, adaptadas às necessidades de cada tipo de empreendimento, o setor financeiro defronta-se com custos específicos nestas operações, que acabam penalizando aquelas empresas em comparação a outros grupos de tomadores” (BRITTO *et al.*, 2002, 171).

Estes autores ainda descrevem outros pontos encontrados nos bancos *“tradicionais”* que dificultam a obtenção de empréstimos por parte das MPEs. Eis alguns: (1) excessiva aversão ao risco de bancos; (2) inadequação de produtos e serviços às necessidades dessas empresas; (3) racionamento do crédito em períodos recessivos (quando a MPE se torna

mais dependente deles); (4) lentidão dos processos de financiamento; (5) ausência de taxas preferenciais; (6) mecanismos de subsídios cruzados entre financiamentos que penalizam MPEs; (7) elevados requerimentos em termos de garantias de natureza pessoal; (8) esquemas de pagamentos excessivamente rígidos; (9) sistemáticas de avaliação e classificação de risco excessivamente rígidas.

Podemos sugerir, do exposto, que existe uma contradição nas entidades financeiras que agrava sobremaneira a liberação de financiamento para as MPEs: embora suas administrações reconheçam a necessidade de políticas flexíveis, elas permanecem extremamente conservadoras quando têm que analisar a concessão de crédito, principalmente aqueles ligados a projetos de inovações tecnológicas. Essas instituições ainda dão peso maior à produção tradicional do que ao financiamento de inovações; ainda analisam a empresa individualmente, e não sua capacidade de manter inter-relações.

Por fim, uma outra dificuldade externa que a MPE enfrenta é a falta de uma política industrial consistente com suas características próprias. Não é difícil de se perceber que desde a década de 70 não há no Brasil a implementação de uma política industrial⁸. Pelo contrário, foram tomadas medidas que induziram à competição, especialmente pela abertura e liberalização comercial externa, sem que houvesse incentivos e programas de capacitação tecnológica. Em particular, esse processo requereu uma mudança brutal no comportamento das MPEs, exigindo atualização tecnológica, mudança organizacional, política consistente de preço e de qualidade de produtos, sem que lhes fosse garantido tempo hábil para essa adaptação.

As MPEs enfrentam, porém, ainda outras dificuldades. São aquelas oriundas de sua própria forma de administração, que chamamos de dificuldades internas. Para NARETO & MENDONÇA (2002), depois de anos de adaptação a um ambiente macroeconômico com recorrentes crises e pressão competitiva, a dimensão da inovação e da gestão são os fatores mais críticos a serem enfrentados pelas MPEs. De fato, uma parte das dificuldades encontradas pelas MPEs decorre do fato de elas mesmas não terem ainda promovido sua inserção numa nova lógica de organização de atividades produtivas baseada na informação, no acúmulo de conhecimento e na dinâmica do aprendizado (chaves para o processo inovativo).

Em estudo sobre a indústria brasileira, feito pela CNI (1999), uma das conclusões específica que *“o problema da MPE, não reside nos aspectos técnicos e de engenharia econômica de produção, mas nas formas de organização e controle”* (CNI, 1999, 26). A superação dessas dificuldades, embora possa ser encontrada no âmbito administrativo e de gestão das empresas, está fortemente condicionada

⁸ Se bem que tenham havido políticas específicas para determinados setores, essas ações não se apresentaram como um conjunto articulado de medidas que favorecessem o crescimento e progresso industrial como um todo.

ao ambiente em que estão inseridas, e requer um esforço brutal por parte de seus empreendedores; esforço, aliás, que a maioria das MPEs não está em condições de empreender isoladamente. Destacaremos aqui duas dificuldades que consideramos importantes: a falta de planejamento de longo prazo e a falta de investimento em P&D (Pesquisa e desenvolvimento).

De fato, uma característica que se destaca é que as MPEs, em sua maioria, não têm, de forma clara e definida, um planejamento de longo prazo. Nos segmentos menores a administração e planejamento estão fortemente influenciados pelo fluxo de caixa. A preocupação com vencimento de duplicatas, de contas a pagar e de salários toma boa parte do tempo dos administradores desses empreendimentos, não lhes sobrando o tempo necessário para a dedicação em elaboração de estratégias e planos de vendas e produção de longo prazo. Assim, suas ações e decisões administrativas passam a ser apenas reflexos diretos das dificuldades de caixa da empresa. Quando existem, os planejamentos abarcam, na maioria das vezes, um curtíssimo espaço de tempo e não chegam a criar uma cultura de estabelecer objetivos e metas de longo prazo.

Ainda outro fator é que os dirigentes de MPE no Brasil têm pouca percepção dos agregados macroeconômicos, embora os sintam pela queda do poder de compra, pelas variações nas vendas, nas altas taxas de juros em financiamentos, e nas alterações dos custos de produção. Não é difícil concluir que o mínimo de percepção dos indicadores econômicos agregados é condição necessária para a elaboração de planos e estratégias das empresas e para a tomada de decisões acertadas. Sem esses entendimentos dos indicadores econômicos, corre-se o risco de conduzir a empresa para uma direção, quando os índices apontam serem outros caminhos os mais adequados para determinados momentos.

A outra característica que merece destaque é a falta de investimento por parte da MPE em treinamento e em P&D. Em outro estudo, o SEBRAE (2005b) aponta o baixo investimento em treinamento de empregados por parte das MPEs. Segundo este estudo, os funcionários de 40% das microempresas no Brasil passam, em média, de 1 a 8 horas por ano em treinamento. Em 27% delas, a média é de apenas 15 horas por ano.

Isso leva a uma baixa qualificação tecnológica da força de trabalho empregada nas MPEs e é conseqüência da existência de pouca ou nenhuma política de P&D nessas empresas⁹. Contribui ainda para isso o fato de que, conforme conclusão da pesquisa do IBGE (PINTEC 2000), para essas empresas, a noção de inovação está intimamente associada à aquisição de máquinas e equipamentos, e que o treinamento de empregados não aparece como fonte principal de inovação.

A falta de investimento em P&D e em treinamento, e por conseqüência, falta de domínio dos processos que eles mesmos usam, acarreta que não se acumula nessas empresas o conhecimento necessário e nem se cria condições de aprendizado, necessários para desencadear um processo inovativo, essencial para a sustentação da competitividade. Conforme explicitam VILLASCHI & CAMPOS (2002, 06), *“a capacitação para inovar dos agentes econômicos e sociais está fortemente condicionada pelo domínio que eles têm dos processos que utilizam”*. As tecnologias adquiridas pelas MPEs que assim procedem tornam-se, então, verdadeiras “caixas-pretas”, já que a mão-de-obra torna-se preparada apenas para operar, mas não para dominar a tecnologia empregada. Essa falta de investimento em P&D cria ainda outra dificuldade. Conforme SOUZA (1995), incorporar as sinalizações e tendência dos mercados aos novos produtos que atendam às novas demandas, exige investimento em P&D e em novos processos de produção. Se a MPE dispõe de poucos instrumentos de percepção desses sinais e ainda não investe sistematicamente em P&D, elas correm o risco de estarem ofertando produtos e serviços destoantes da demanda de mercado.

3. Globalização e Novo Paradigma Tecno-econômico: Novas Oportunidades e Novos Desafios Para As MPEs.

A década de 70 se mostrou profícua em grandes transformações. Duas delas, a globalização e o advento de um novo paradigma tecno-econômico, estão intimamente inter-relacionadas e influenciam não somente as relações econômicas de produção, mas todos os tipos de relações sociais.

No Brasil, a globalização e as políticas de cunho (neo) liberal mudaram radicalmente a posição do Estado em relação à condução explícita do processo de industrialização, e elevaram o mercado à condição de agente por meio do qual a produtividade, a competitividade e o desenvolvimento estariam assegurados, por meio de uma concorrência cada vez mais internacional. Para essa percepção,

“estaríamos caminhando para um mundo sem fronteiras com mercados (de capitais, informações, tecnologias, bens, serviços, etc) tornando-se efetivamente globalizados e para um sistema econômico mundial dominado por “forças de mercado incontroláveis” , sendo seus

⁹ A pesquisa PINTEC 2000 do IBGE revela que apenas 27,78% das empresas com até 50 empregados no Brasil realizam atividades constantes de P&D.

principais atores as grandes empresas transnacionais socialmente sem raízes e sem lealdade com qualquer Estado-Nação” (LASTRES & ALBAGLI, 1999, 11)

O advento de um novo paradigma tecno-econômico (PTE), por sua vez, revolucionou todos os elos das mais diversas cadeias econômicas de produção. O padrão tecnológico eletromecânico e a primazia de investimento em capital fixo foram radicalmente alterados pelas revoluções propiciadas pela microeletrônica¹⁰, e pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação (TIC's)¹¹. As TIC's se apresentam como tecnologias genéricas que possuem um enorme poder de penetração e transformação em todos os ramos industriais e cadeias produtivas, e ainda mais: elas alteram inclusive as formas de comunicação e o padrão de consumo da sociedade. Por sua vez, o padrão de gestão de empresas organizadas no estilo fordista-taylorista e verticalmente departamentalizada deu lugar a uma busca por um tipo de organização mais flexível e mais horizontal.

3.1 – Globalização e paradigma tecnoeconômico: impactos sobre as MPEs.

O debate teórico quanto à existência de um processo de tecno-globalismo se mostra intenso. Em linhas gerais, existe, por um lado, a defesa de que o processo de globalização torna o acesso às novas tecnologias, conhecimentos e informações iguais a todos os países, regiões e agentes econômicos.¹² Isso equivale dizer que as condições necessárias à modernização industrial e tecnológica - requisitos básicos para o desenvolvimento - podem ser satisfeitas por meio do mercado. Em oposição, se sustenta que o processo de globalização, ao invés de homogeneizar, promove desigualdade de acesso às novas tecnologias, às informações e ao conhecimento; aprofunda e reafirma a liderança de uns poucos países, deixando os outros na condição de liderados e absorvedores de tecnologia.¹³ Por esse pensamento, a globalização é entendida

“não tanto pelo peso do comércio internacional na economia de cada nação, mas fundamentalmente como expressando o fato de que as economias nacionais funcionam efetivamente e em tempo real como unidades de um todo global”. (LASTRES & ALBAGLI, 1999:11)

Assim, destacaremos alguns pontos e características da globalização que interferem direta ou indiretamente no universo das micro e pequenas empresas.

a) O processo de globalização implica uma maior exposição das economias nacionais ao cenário internacional, deixando um menor grau de liberdade para gestão de uma política doméstica. É consenso que os Estados nacionais são pressionados a adotarem políticas que reflitam o ideário (neo) liberal, onde “desregulamentação”, “privatização”, “diminuição do Estado” e “abertura de mercados” se tornam expressões cada vez mais usadas e mais requeridas. Ao adotar esse “perfil” e se expondo mais fortemente aos ciclos econômicos internacionais, a gestão das políticas industrial e tecnológica se torna extremamente complexa, levando alguns países a abandonarem a iniciativa proativa nessas áreas, a despeito da crescente necessidade de implementá-las. Contudo, há que se observar que dada a complexidade e a velocidade com que mudanças acontecem na economia em nível mundial (com mudanças tecnológicas e institucionais radicais), a adaptação da economia nacional não pode ser deixada por si só, nem a cargo do mercado. Se isso acontecer, esse processo de adaptação tende a ser extremamente lento e doloroso e seu resultado final pode ser a inserção num novo tipo de subdesenvolvimento, mais difícil de ser superado (CASSIOLATO, 1999). SOUZA et al. (2001 e 2003) concluíram que o Estado brasileiro tomou posições desfavoráveis no momento de alta influência do processo de globalização, se eximindo de conduzir e contrabalançar os impactos de tais mudanças. Ao analisar as políticas públicas, principalmente as voltadas para promoção de MPE, estes autores perceberam que elas são excessivamente genéricas, desarticuladas e descontínuas. A existência de alterações rápidas e profundas na economia brasileira (principalmente propiciadas pela globalização) torna ineficazes políticas de cunho genérico e que não estejam articuladas a uma política industrial e tecnológica ativa. Essa postura do Estado brasileiro, principalmente de não contrabalançar os fortes impactos do processo de globalização sobre as MPEs, fez com que todo o esforço de adaptação das MPEs ao novo momento se desse unicamente por suas próprias forças. Entretanto, os países desenvolvi-

¹⁰ Esta abarca todo um complexo eletrônico tais como: informática, telemática, mecatrônica e eletrônica de consumo. Ver, para isso, PASSOS (1999).

¹¹ As tecnologias da informação e comunicação podem ser entendidas como um conjunto interligado de inovações em computação eletrônica, engenharia de software, sistemas de gestão e controle, sistemas de comunicação e sistemas de captação, armazenagem e transmissão de todos os tipos de dados que possam ser processados em forma digital. PASSOS (1999).

¹² VARGAS (2002) que apresenta um debate sobre isso, frisa que para essa visão, basicamente de cunho neoclássico tradicional – dados todos os pressupostos dessa corrente econômica – é garantida a existência de agentes econômicos operando com informação perfeita, racionalidade maximizadora e em condições de equilíbrio perfeito. Todas as informações e conhecimentos necessários ao desenvolvimento estão incorporados à função de produção, em equipamentos e em técnicas. Assim, a informação perfeita e competência para administrar quaisquer tecnologias garantem as mesmas condições de desenvolvimento a todos os agentes econômicos, independente do local e do ambiente onde estão inseridos.

¹³ Uma discussão mais profunda sobre esse debate pode ser encontrada em LASTRES & FERRAZ (1999), MALDONADO (1999), CASSIOLATO (1999).

dos sempre implementaram políticas voltadas para essas empresas, o que evidencia que a globalização reforça o caráter essencial de promoção das MPEs (CASSIOLATO, 1999).

b) Desregulamentação do mercado financeiro e investimento produtivo. A instabilidade macroeconômica associada à crise da dívida e à desorganização do setor público; a necessidade crescente e complexa de fechamento do Balanço de Pagamentos e a hegemonia do pensamento (neo) liberal – que, dentre outras coisas, defende a abertura comercial e financeira como condição necessária para o desenvolvimento – levaram o Brasil a permitir um maior fluxo de capital financeiro internacional. A expectativa de que essa abertura trouxesse consigo a ampliação dos investimentos estrangeiros diretos e a modernização industrial e tecnológica, frustrou-se. É consenso hoje que *“a livre mobilidade do capital não tende a produzir um deslocamento massivo do investimento e do emprego dos países avançados em direção aos países em desenvolvimento”* (CASSIOLATO, 1999, 167). Pelo contrário, o movimento internacional do capital tem se apresentado com um forte aspecto especulativo.

A possibilidade de ganhos maiores e mais rápidos na esfera financeira (apesar do grau elevado de risco) pode desviar para a “esfera especulativa” recursos que poderiam ser destinados a financiamentos das atividades das MPEs. Isso, por sua vez, pode conduzir a um processo de encarecimento do financiamento produtivo, o que, em última instância, prejudicaria as empresas na obtenção de financiamento para produção. Como a MPE apresenta grandes necessidades de financiamento, ela seria extremamente prejudicada por esse encarecimento dos recursos financeiros de que precisa.

A globalização, entendida pelos pontos acima destacados, tanto influencia como também é influenciada pela instalação, consolidação e difusão de um novo paradigma tecno-econômico. O paradigma atual é entendido como resposta encontrada pelo sistema capitalista para superação de uma rigidez característica do paradigma anterior, baseado na produção em larga escala e pouca diferenciação, de cunho fordista e utilização intensiva de matéria e energia (LASTRES & FERRAZ, 1999). A mudança de paradigma inaugura uma nova era tecnológica, econômica, social e institucional, e envolve a criação (e eliminação) de alguns setores e atividades; novas formas de gerar, tratar e difundir informações e conhecimentos; novas formas de produzir e comercializar bens e serviços; novos requerimentos e novas capacitações organizacionais e institucionais, bem como novos instrumentos para mensurar e promover todos os tipos de atividades econômicas.

Embora a discussão e estudo sobre esse novo padrão econômico sejam abundantes e grandemente diversificados, três pontos se mostram importantes para o objetivo deste estudo:

a) A difusão do novo PTE mantém uma relação de causas e conseqüências cruzadas com o desenvolvimento de um conjunto de inovações tecnológicas de largo espectro de utilização e mutuamente estimuladoras entre si. As transformações econômicas trazidas pelo desenvolvimento da microeletrônica não se restringem às atividades e indústrias ligadas ao complexo eletrônico. O avanço técnico de todo o complexo eletrônico e sua convergência com as tecnologias de telecomunicação fizeram nascer e aprimorar o que se convencionou chamar de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). Essas alteram todos os ramos industriais, fazendo rejuvenescer alguns setores tradicionais e criando outros de alta tecnologia como, por exemplo, a engenharia de software¹⁴. A difusão das TIC's levou à necessidade de um novo tipo de administração que, com a disseminação do computador, modificou a forma de gestão de entidades públicas e privadas. As TIC's proporcionam uma extraordinária revolução na velocidade e nas formas de captação, tratamento, armazenamento e transmissão de informações (VILLASCHI & CAMPOS, 2002). Vários autores têm colocado a necessidade de a MPE ter acesso a essas tecnologias. VARGAS (2002) e ROVERE (1999), por exemplo, discutem que essas tecnologias se constituem, a médio e longo prazo, ferramentas necessárias para o processo de aprendizado. Eles defendem a criação de formas de acesso das MPEs a essas tecnologias, mesmo com a ressalva de que esse acesso deve vir acompanhado de outros instrumentos, dada a conclusão que somente o acesso às TIC's não significa inclusão dessas empresas na economia do conhecimento e do aprendizado.

b) Novas formas inovadoras de gestão. A consolidação do novo PTE, juntamente com as novas possibilidades de acesso às informações, mudam completamente a organização da produção. Todos os postos de trabalho, desde a gerência até o “chão-de-fábrica”, ganham novas exigências. As tarefas deixam de ser fixas e exclusivas de cada trabalhador, que passa a ser polivalente e arca com uma parcela maior de responsabilidades. As novas formas administrativas diminuem o hiato entre as tarefas de concepção, direção e execução, o que exige que cada grupo envolvido tenha um maior conhecimento e compreensão de todo o conjunto produtivo e não apenas da “tarefa que lhe cabe”, típica do fordismo. De fato, o novo am-

¹⁴ É consenso na literatura, entretanto, que a penetração das TICs não é nem linear nem homogênea atingindo cada indústria, setor, atividades e até regiões e países de forma diferenciada.

biente exige uma maior inter-relação entre P&D, *design*, marketing, produção, vendas, finanças, uma maior conectividade com fornecedores, distribuidores e clientes. Para PASSOS (1999), essas novas capacitações exigidas de cada funcionário, individualmente, requerem maior nível de educação geral e maior capacidade de aprendizado.

c) Uma revolução nos processos produtivos, buscando diferenciação, alta performance e produção automatizada e flexível. Os termos “produção de alta performance”, “fabricação enxuta”, “automação flexível”, “just-in-time”, e “toyotismo” são freqüentemente usados como ilustrando uma nova forma de produção visando atender os novos requisitos tanto de produtos como de processos que acompanham a difusão do novo regime de produção. Em qualquer uma das formas acima citadas, a produção se mostra totalmente integrada, com a possibilidade de auto-ajuste e flexibilidade devido à presença de computadores e *software* dedicados. Esses novos instrumentos possibilitam um alto grau de controle sobre as condições da produção em tempo real. Todas essas aplicações somente se tornaram possíveis com a revolução provocada pelo desenvolvimento das TIC’s. Com isso, o processo de concorrência se intensifica cada vez mais. Esse acirramento da concorrência leva as empresas a promover constantes inovações, já que essas podem garantir algumas vantagens em relação aos concorrentes. De acordo com Macedo (2001)

“nesse processo de concorrência é possível que as firmas busquem, com a introdução de inovações tecnológicas, a obtenção de vantagens técnicas, sejam estas relativas ao custo ou à qualidade, que lhe proporcionem lucros extraordinários que seriam garantidos e obtidos por uma posição monopolista, mesmo que temporária”. (MACEDO, 2001, 14).

3.2 – Conhecimento e aprendizado: essenciais para o processo inovativo

A nova dinâmica econômica impõe novas práticas de produção, comercialização, competição, cooperação e consumo de bens e serviços; novos formatos e estratégias empresariais juntamente com o uso cada vez mais intensivo de informações. Tais práticas devem repousar em novos saberes e novas competências. Pelo desenvolvimento técnico que propiciam, as TIC’s são consideradas peças importantes nessa nova dinâmica, já que podem ser usadas desde as etapas de concepção, pesquisa, produção até as etapas de comercialização e mensuração dos resultados. Assim, conhecimento e informação necessários para dominar tais tecnologias

passam a constituir recursos básicos e imprescindíveis para o crescimento econômico, e essa capacitação não é automática. Para CASSIOLATO et al. (2000) as TIC’s são fortes instrumentos de acesso a dados, mas não necessariamente implicam aquisição de novos conhecimentos.

Isso exige uma renovação e revolução nas bases de conhecimento das MPEs. E isso só pode acontecer se essas empresas se dedicarem à busca sistemática de novos aprendizados. E esse processo é uma pré-condição para que a inovação, tão buscada pelas empresas, ocorra. Mais que isso,

“não só o processo de aprendizado é essencial para que a inovação ocorra. Também a capacitação para inovar é crucial para que o aprendizado continue e se dê.” (VILLASCHI & CAMPOS, 2002:09).

O aprendizado, a partir daí, passa a ser entendido como crucial e imprescindível para a capacitação e acumulação contínua de conhecimento nas MPEs. Ele passa a ser *“entendido como um processo que envolve uma combinação de experiência, reflexão, formação de conceito e experimentação”* (BESSANT et al. Apud LASTRES & FERRAZ, 1999).

Para que as MPEs se adaptem às rápidas e complexas mudanças do mercado, a capacidade de aprender é essencial. No entanto, o processo contínuo de aprendizado não é natural nem automático. É preciso investimento explícito para aprender. Isto significa que não se pode ignorar tais mudanças e manter as estratégias e formatos anteriores como forma de “proteção” contra as incertezas do novo regime econômico. Pelo contrário, é preciso envidar esforços para uma inserção positiva nesse ambiente. Fica claro que

“numa época em que o conhecimento vem assumindo um papel absolutamente relevante e estratégico, o reduzido esforço dos agentes nacionais nestas atividades, além de se traduzir em desvantagens competitivas, sentenciam-nos ao papel de absorvedores de tecnologias desenvolvidas alhures”. (MALDONADO, 1999, 119).

4. Cooperação, Políticas e Instituições: A Criação de um Ambiente Institucional Favorável.

A adaptação ao novo regime econômico não é automática e não pode ser deixada a cargo das forças de mercado. Essa adaptação requer um esforço considerável de todos os agentes econômicos e em especial das MPEs, bem como de todos os órgãos que direta ou indiretamente interferem em sua realidade. Para que a adaptação positiva aconteça, ações (tanto individuais quanto coletivas) e políticas (tanto nacionais como regionais) devem ser estimuladas e implementadas.

4.1 – Cooperação: ferramenta para superação das limitações individuais.

O momento de instalação do novo PTE traz consigo outras conseqüências. Há uma redução do tempo de vida útil dos produtos – dado que o processo produtivo tende a entrar numa trajetória de “constantes inovações” –, uma pressão maior sobre os custos de P&D – já que, dada essa redução do tempo de vida útil dos produtos, esses investimentos terão um prazo menor para gerar retornos positivos – e expande-se o leque de competências necessárias, “de modo que uma firma, individualmente, vê-se incapaz de cumprir todos os requerimentos necessários para a inovação” (VICONTI, 2001, 328). Com a finalidade de acessar as competências que não possuem, as empresas não podem adquiri-las no mercado. Competências não são transacionadas no mercado como mercadorias e nem estão embutidas nas tecnologias. Competências precisam ser construídas. E ainda mais, essa construção está diretamente ligada à capacidade de se relacionar com outros agentes. A inovação, então, passa a ser um processo que depende de interação social. Conforme afirmam VILLASCHI & CAMPOS (2002, 06),

“mesmo reconhecendo que a firma desempenha papel crucial no processo de inovação, autores como Lundvall chamam a atenção para o fato de que a capacitação para inovar está fortemente condicionada pelo conhecimento produzido fora do âmbito interno da empresa. Neste sentido, enfatiza-se a cooperação entre firmas e entre estas e outros tipos de organização como fator que estabelece os contornos de como a inovação se dá.”

E prosseguem argumentando que

“mais importante do que a necessidade de constante inovação no plano intra-empresa, entretanto, passou a ser o reconhecimento da importância de mudanças na forma e no conteúdo das relações entre as firmas. Tanto entre aquelas que competem em um mesmo mercado final, quanto entre aquelas que se relacionam como compradores/vendedores nos chamados mercados intermediários.” (VILLASCHI & CAMPOS, 2002, 02).

A interação de empresas entre si e com outras instituições proporciona vantagens competitivas e performance estratégica superior ao que seria a atuação isolada de cada empresa. Porém, como todas as formas de superação e adaptação, a cooperação também não acontece naturalmente. Por depender de uma série de fatores para que se dê, a cooperação precisa ser estimulada. NARETO & MENDONÇA (2002) destacam que fatores como confiança,

estabilidade nos programas e execução de projetos são essenciais para que a cooperação aconteça. CASSIOLATO & LASTRES (2000) enfatizam que neutralidade de iniciativas (no sentido que as ações e projetos não devem ser implantados para obtenção de vantagens por firmas isoladas), reciprocidade e informações claras e substanciais devem ser cultivadas entre todos os agentes que visem a cooperação para que ela efetivamente aconteça.

Na prática, a cooperação se dá mais facilmente em algumas atividades ou funções da empresa. A mentalidade associativa é mais facilmente encontrada em atividades que interfiram apenas indiretamente na competição. Um exemplo disso é que a cooperação em capacitação de mão de obra, cursos, palestras, promoção comercial e organização de eventos podem acontecer sem muito esforço entre as empresas, bastando, para tanto, que tenham noção dos benefícios imediatos da cooperação (NARETO & MENDONÇA, 2002). Porém, nas atividades diretamente ligadas a pontos estratégicos, a cooperação é mais difícil de ser implementada. Em relação a isso, parece haver ainda a mentalidade de desconfiança entre os cooperadores potenciais. Para que ela aconteça, a noção de vantagens (algumas de longo prazo) precisa superar, em muito, a idéia de que compartilhar pontos estratégicos significa se enfraquecer frente à concorrência. Entidades empresariais, governamentais ou não-governamentais ligadas às MPEs têm desafios importantes no estímulo à cooperação, inclusive em níveis concorrenciais.

4.2 – Novas políticas de promoção de MPE

Lidar com a complexidade que caracteriza um período de instalação de um novo PTE requer novas exigências quanto à ação e às formas de intervenção de agentes públicos. As demandas antigas são alteradas e isto requer novos instrumentos e novos focos de políticas econômicas, industriais e tecnológicas. Para CASSIOLATO (1999), a pretensa necessidade de retração completa do Estado nos domínios industrial e tecnológico – parte integrante do discurso liberal – não encontra correspondência nos países desenvolvidos. Pelo contrário, estes países têm considerado imperativo contrabalançar os efeitos que o processo de globalização provoca na competitividade e sobrevivência das MPEs. Vários destes países têm criado novas formas de intervenção, tendo a MPE um espaço importante e significativo nessas políticas¹⁵.

Dada a importância que vêm assumindo o conhecimento e o aprendizado como cruciais para o

¹⁵ Para uma análise das políticas em países desenvolvidos ver, por exemplo, as notas técnicas do Projeto de promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas brasileiras da Rede de pesquisa em sistemas produtivos e inovativos locais-UFRJ, que constam das referências deste trabalho e disponíveis em www.ie.ufrj.br/redesist.

desenvolvimento do processo inovativo, os novos formatos de políticas e de intervenção devem focalizar e priorizar a criação de um ambiente que incentive o aprendizado contínuo. Com base nisso, reconhece-se que a implementação de uma política ideal de aprendizado deve incentivar o surgimento de um processo gradual e articulado de acúmulo de conhecimento, avanço da capacidade de aprendizado e acesso às tecnologias, não necessariamente de ponta, mas que sejam as ideais em cada estágio de desenvolvimento.

Deve-se destacar, entretanto, que os resultados oriundos desse tipo de atuação tende a ser maior quando se focaliza não a empresa ou agente individualmente, mas sim o agente coletivo. Isto se torna claro quando se tem em mente que tanto o processo inovativo quanto o processo de aprendizado são processos eminentemente sociais. Como agente coletivo, pode-se entender tanto a aglomeração de empresas que cooperam entre si, seja em qualquer formato de cooperação¹⁶, como todas as entidades, econômicas ou sociais, públicas ou privadas, que interfiram na criação de um ambiente estimulador de inovações, mesmo distante geograficamente.

Deve-se destacar, ainda, que as novas políticas devem refletir integração e articulação de diferentes instituições. Há tempos que se vem alertando que a não integração das diversas políticas ligadas às MPEs e a atuação desarticulada de diversas instituições diminuem os efeitos positivos de suas ações, significando uma perda considerável de esforços e de recursos (SOUZA et. al, 2001). É esse ponto que SOUZA & BOTELHO (2001) destacam ao analisar as políticas brasileiras voltadas para MPE no período recente. Embora haja várias iniciativas de diversas entidades que podem promover algum benefício para as MPEs, tais iniciativas, por serem desarticuladas e até contraditórias, terminam por provocar um distanciamento das MPEs dessas fontes de recursos (não necessariamente financeiros) pelo grau de exigências ou burocracia existentes. Os principais elementos que dão uma conformidade pouco positiva às políticas voltadas para MPE no período recente podem ser resumidos em três pontos: (a) exigências exageradas para o acesso a financiamentos de desenvolvimento tecnológico para o conjunto de MPE; (b) inconsistência, descontinuidade e descoordenação das ações direcionadas para as MPE, e (c) desconsideração, pelo governo central, da importância econômica e social da MPE como instrumento para amenizar as condições de retração econômica dada uma política macroeconômica restritiva.

4.3 – O sistema local de inovação e os contornos do domínio institucional

Pelo exposto até o momento, é possível concluir que a inovação, fator que impulsiona o desenvolvimento capitalista, é um fenômeno sistêmico que emerge da interação entre diversos atores (VILLASCHI & CAMPOS, 2002). Essa interação reflete o compartilhamento de conhecimento e de aprendizado, que são os principais elementos da capacidade de promover e difundir inovações. Assim, a formação de um ambiente que estimule a inovação depende de uma base fundamental de conhecimento e da interação entre agentes com capacidade de aprendizado.

Esse ambiente estimulador, entretanto, não é automático no processo de crescimento econômico. A formação de uma capacidade de aprender depende, dentre outras coisas, do próprio ambiente institucional onde estes agentes estão inseridos. Mais do que isso, esse ambiente institucional pode acelerar o processo de formação da capacidade de aprender, pode deixá-lo estagnado ou pode ainda atuar de forma a impedir que haja algum tipo de progresso na capacidade inovativa. É nesse sentido que foram estudados os sistemas locais de inovação.¹⁷ Estes se apresentam como um ambiente sócio-econômico-cultural, historicamente construído e regionalmente delimitado, que é capaz de configurar as possíveis trajetórias de formação da capacidade inovativa dessa região.

Os sistemas locais de inovação são capazes de afetar a geração, acumulação, distribuição e uso do conhecimento na medida que têm a capacidade de interferir nas decisões dos agentes (VARGAS, 2002). Além disso, conforme VILLASCHI (1996), as instituições que formam este ambiente servem tanto como instrumentos de estabilidade como também de referências para mudanças, no sentido de que sua flexibilidade permita a ruptura com as formas antigas; rupturas essas necessárias ao processo inovativo inclusive desse ambiente. Para este autor,

“o dualismo entre estabilidade (necessárias para viabilizar rotinas) e flexibilidade (necessária para viabilizar mudanças), que deve caracterizar as instituições para que elas possam desempenhar seu papel na vida sócio-econômica, apresenta uma questão básica”. (VILLASCHI, 1996, 232).

Assim, a implementação de um esforço de aprendizado, inclusive institucional, é que pode levar a um ponto de equilíbrio entre rigidez e flexibilidade, e é isso, por sua vez, que pode garantir

¹⁶ Na literatura econômica que trata da economia da inovação, pode-se encontrar vários estudos que caracterizam e definem diferentes tipologias de cooperação e integração entre diversos tipos de agentes

¹⁷ Por exemplo VILLASCHI (1996)

que as instituições sejam estimuladoras do processo de aprendizado.

Para VARGAS (2002), as instituições ligadas às MPE interferem diretamente no processo de aprendizado, passando a desempenhar um papel fundamental na inovação e na evolução industrial. Instituições extremamente rígidas tendem, então, a impedir que essa evolução aconteça, restringindo as possibilidades de desenvolvimento e difusão de inovações (inclusive organizacionais). Mais que isso, um ambiente institucional que não estimule o aprendizado contínuo pode ter implicações mais sérias, criando um ambiente onde os agentes são excluídos da capacidade de aprender, o que VARGAS (2002) chama de *'learn divide'*. A criação de um ambiente institucional favorável para as MPEs deve refletir: (1) a existência de políticas articuladas e adequadas ao seu porte, às suas necessidades e limitações, bem como sua capacidade de contribuição para o desenvolvimento da economia nacional, regional e local; (2) condições estáveis e estimuladoras ao ingresso em formas de cooperação incluindo coesão de decisões, horizontes temporais que permitam a captação de ganhos da cooperação; (3) formas de aproximação (e não distanciamento) das MPEs a vários organismos (governamentais ou não) de forma que lhes sejam garantidos o acesso a instrumentos essenciais a sua sobrevivência e inserção competitiva e tratamento adequado nas instâncias federais, estaduais ou municipais; (4) esforço, tanto empresarial quanto institucional, para alcançar o equilíbrio entre rigidez e flexibilidade que permita que as formas organizacionais acompanhem e se adaptem às novas e mais complexas necessidades e demandas próprias do processo de difusão do novo PTE.

5. Considerações Finais

O processo de globalização e a difusão de um novo paradigma tecnoeconômico promoveram uma reestruturação industrial em escala internacional. Somada a isso, a difusão por todas as cadeias produtivas nas mais diversas regiões das tecnologias da informação e comunicação alterou não somente as formas de administrar, organizar e produzir, mas também todas as formas de relação e comunicação empresarial.

Nesse novo ambiente dinâmico e complexo que se formou, o incremento contínuo de conhecimento, a capacidade de aprender e a necessidade constante de cooperação tornaram-se peças fundamentais para a competitividade de todas as empresas, que, voluntária ou involuntariamente passam a ter suas condições de sobrevivência alteradas e conectadas em tempo real com a economia global. Nesse movimento, que ainda não se mostra totalmente definido, os Estados nacionais não podem deixar que o processo de adaptação de suas economias

seja feito unicamente pela via do mercado. Antes, é preciso implementar medidas que visem e possibilitem a sustentação das empresas em meio a essas transformações.

À MPE deve ser reservado um espaço considerável nesse sentido. Dadas suas características específicas, suas dificuldades e limitações, mas, sobretudo, sua importância crescente na economia brasileira, é preciso que se unam ferramentas e políticas que assegurem e estimulem sua inserção positiva na economia do conhecimento e do aprendizado. Contudo, é preciso perceber que nesse novo regime econômico, que dentre outras coisas, faz com que as atividades empresariais dependam cada vez mais de novas e complexas competências, as políticas tradicionais de promoção das MPE podem não ser as mais eficazes. Nesse sentido é interessante observar que: (a) isenção de impostos e de obrigações sociais não garante ganhos em termos de resultados econômicos ou de competitividade de MPE (SOUZA, 1995); (b) acesso a financiamentos não garante, por si só, a formação de capacidade inovativa nas MPE; (c) os impactos positivos da adoção e acesso às TIC's sobre a competitividade das empresas não são imediatos, o que implica que a implantação de sistemas avançados de comunicação em MPEs não garante o acesso dessas à economia do conhecimento e do aprendizado (ROVERE, 1999); (d) as políticas devem considerar o agente coletivo, já que da *"cooperação e do aprendizado interativo é que emergem e que são difundidas as inovações"* (LEMOS, 1999).

Assim, as formas tradicionais de enxergar a importância das MPEs, os diagnósticos tradicionais de suas limitações e mortalidade, bem como os instrumentos necessários para implementar políticas de incentivo às MPEs devem ser radicalmente revisados. Estes novos instrumentos e as novas políticas devem considerar uma nova realidade, bem como novos requerimentos e novos desenhos que são impostos e requeridos atualmente.

6. Referências

BRITTO, Jorge N. Paiva; VARGAS, Marco; CASSIOLATO, José Eduardo. **Formatos organizacionais para financiamento de arranjos e sistemas de MPME**. Nota Técnica. Rede de pesquisa em sistemas produtivos e inovativos locais. Rio de Janeiro. IE/UFRJ, 2002.

CASSIOLATO, José Eduardo. A economia do conhecimento e as novas políticas industriais e tecnológicas. In: LASTRES, Helena M. M; ALBAGLI.(org). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 164-190.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M. **Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Nota técnica do Projeto Arranjos pro-

- ditivos locais: uma nova estratégia para o SEBRAE. SEBRAE, 2000.
- CASSIOLATO, José Eduardo; PALHANO, Alexandre; MACHADO, Marcelo. **Políticas e estrutura institucional de promoção das MPME**. Nota Técnica. Rede de pesquisa em sistemas produtivos e inovativos locais. Rio de Janeiro. IE/UFRJ, 2002.
- CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Estudo sobre a produtividade da indústria brasileira**. Disponível em www.cni.org.br. Acesso em 21 ago. 2003.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de serviços e pesquisas. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001**. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em 02 out. 2003.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de serviços e pesquisas. **PINTEC 2000 (Pesquisa Industrial – Inovação tecnológica)**. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em 02 fev. 2004.
- LASTRES, Helena M. M. et al. Globalização e inovação localizada. In: LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo (ed). **Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1999. p. 39-71.
- LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. Chaves para o terceiro milênio na era do conhecimento. In: _____.(org). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 07-26.
- LASTRES, Helena M. M.; FERRAZ, João Carlos. Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI.(org). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 27-57.
- LE MOS, Cristina Ribeiro. Inovação na era do conhecimento. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI.(org). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 122-144.
- LE MOS, Cristina Ribeiro. **Micro, pequenas e médias empresa no Brasil: novos requerimentos de políticas para promoção de sistemas produtivos locais**. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em engenharia - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. 274f.
- MACEDO, André Luiz Oliveira. **Esforço tecnológico das empresas líderes nos segmentos de máquinas e equipamentos em Santa Catarina na década de 90: o caso da EMBRACO e da WEG**. 2001. Dissertação (Dissertação de Mestrado) – Programa de pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
- MALDONADO, José. Tecno-globalismo e acesso ao conhecimento. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI.(org). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 105-121
- NAJBERG, Sheila; PUGA, Fernando; OLIVEIRA, Paulo S. Sobrevivência das firmas no Brasil entre dezembro de 1995 a dezembro de 1997. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v. 1. n. 13, p. 33-48, 2000.
- NAJBERG, Sheila; PUGA, Fernando. O ciclo de vida das firmas e seu impacto no emprego: o caso brasileiro 1995/2000. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v. 1. n.18, p. 149-162, 2002.
- NARETO, Milton; MENDONÇA, Maurício. **Padrões de articulação produtiva de pequenas empresas no Brasil**. Texto para discussão. CEPAL. 2002.
- PASSOS, Carlos Artur Kruger. Novos modelos de gestão e as informações. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI.(org). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 58-83.
- ROVERE, Renata Lebre La. As pequenas e médias empresas na economia do conhecimento: implicações para políticas de inovação. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI.(org). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 145-163
- SEBRAE. **Observatório SEBRAE de MPE (2003)**. Disponível em www.sebrae.com.br. Acesso em 14 de agosto de 2003.
- SEBRAE. Unidade de estratégias e diretrizes. **Observatório SEBRAE de MPE (2005)**. Disponível em www.sebrae.com.br. Acesso em 12 setembro de 2005.
- SEBRAE. **Estudo da Competitividade da Indústria brasileira**. Disponível em www.sebrae.com.br. Acesso em 10 de outubro 2005.
- SOUZA, Maria Carolina A F. **Pequenas e médias empresas na reestruturação industrial**. Brasília: SEBRAE, 1995.
- SOUZA, Maria Carolina A F; BOTELHO, Maria dos Reis. Reflexões sobre as políticas de apoio às pequenas empresas brasileiras no período recente. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.22. n. 1, p.115-142, 2001.
- SOUZA, Maria Carolina A F. et al. Perspectivas para uma atuação competitiva das pequenas empresas no contexto econômico atual. In: LASTRES, Helena M. M. et al. (org). **Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 225-242.
- VARGAS, Marco Antônio. **Proximidade territorial, aprendizado e inovação: Um estudo sobre a dimensão local dos processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos no Brasil**. 2002. 224f. Tese (Doutorado em economia) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- VILLASCHI FILHO, Arlindo. O domínio institucional. In: _____. **Paradigmas e desenvolvimento: oportunidades e desafios para a economia brasileira**. Vitória: Edufes, 1996. cap. 5, p. 227-273
- VILLASCHI FILHO, Arlindo. & CAMPOS, Renato R. Sistemas/arranjos produtivos locais: conceitos históricos para novas abordagens. In: ____: CHIAPPINI, Clarisse (coord) **Programas apoio a sistemas locais de produção: a construção de uma política pública no RS**. SEDAI, RS, 2002.
- VISCONTI, Gabriel Rangel. Arranjos cooperativos e novo paradigma tecnoeconômico. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v. 1. n. 16, p. 317-344, 2001.